

REQUERIMENTO

(Do Sr. LÚCIO VALE e demais membros do Centro de Estudos e Debates Estratégicos)

Requer o envio de Indicação ao Poder Executivo relativa à adoção de política integrada voltada à educação para toda a vida.

Senhor Presidente:

Nos termos do art. 113, inciso I e § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a V. Exª. seja encaminhada ao Poder Executivo a Indicação em anexo, sugerindo medidas relativas à adoção de política integrada voltada à educação para toda a vida.

Sala das Sessões, em de de 2017.

Deputado LUCIO VALE
(Presidente do Cedes)

Deputada CRISTIANE BRASIL
(Relatora)

INDICAÇÃO Nº , DE 2017

(Do Sr. LÚCIO VALE e demais membros do Centro de Estudos e Debates
Estratégicos)

Sugere medidas relativas à adoção
de política integrada voltada à educação
para toda a vida.

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Educação:

O fenômeno do envelhecimento populacional estende-se inequivocamente por todo o planeta. Em 2015, havia 901 milhões de pessoas com 60 anos ou mais, representando 12% da população global. Em 2050, com exceção da África, a Organização das Nações Unidas¹ prevê que todas as grandes regiões do planeta terão pelo menos 25% de seus habitantes com mais de 60 anos.

Ao considerarmos que a população de adultos com mais de 60 anos projetada para 2050 no mundo é de 2,1 bilhões e que somente no Brasil esse contingente, que atualmente corresponde a 27,4 milhões, pode alcançar 69,8 milhões em 2050, temos uma amostra significativa de quão importantes serão as políticas educacionais para as pessoas idosas.

O Brasil possui significativos desafios em termos de educação básica e o vigente Plano Nacional de Educação (PNE) nos lembra de que urgem medidas para empreender as metas consignadas naquele Plano, as quais devem se coadunar com o que denominamos educação para toda a vida.

O conceito de educação para toda a vida nada mais é do que um olhar mais atento às oportunidades educacionais e de aprendizado para

¹ Organização das Nações Unidas (ONU) - World Population Prospects (2015, p. 27).

adultos em geral. Ao nos depararmos com as diretrizes e metas do PNE, é possível constatar que há um olhar para a democratização da educação para adultos. De modo específico, as Metas 8, 9 e 10 dirigem atenção à elevação da escolaridade média da população, ao aumento da taxa de alfabetização e à oferta de matrículas na educação de jovens e adultos.

Entretanto, entendemos que, mediante esforço coordenado, é possível avançar. Eis, portanto, o propósito desta Indicação: propomos que sejam envidados esforços para se conceber uma **política integrada voltada à educação para toda a vida**.

Essa política, com enfoque intersetorial, deve contemplar a ampliação da participação, da cidadania e da autonomia dos indivíduos, mediante ações integradas que visem a aumentar a escolaridade média da população brasileira, enfoques formativos na educação de jovens e adultos, esforço de treinamento e retreinamento de adultos e pessoas idosas, melhoria da acessibilidade às instituições educacionais, ampliação do público frequentador das universidades, dentre outras medidas. Partindo dessa concepção macro, os parágrafos seguintes sintetizam algumas das ideias que reputamos relevantes para compor a política integrada objeto desta proposição.

A escolaridade média da população brasileira é baixa. Se considerarmos o ensino fundamental e médio, a formação deveria completar 12 anos de estudo. Entretanto, de acordo com o IBGE², o brasileiro com 15 ou mais anos de idade tinha, em média, 7,4 anos de estudo em 2008. Tomando por base a população com mais de 60 anos, a média é ainda mais diminuta: 4,1 anos de estudo durante toda a vida. Os dados de analfabetismo referentes aos adultos com mais de 40 anos também são alarmantes: representam 77,1% dos 14 milhões de brasileiros analfabetos.

Qualquer política pública que procure lidar com a educação e o envelhecimento precisa enfrentar o elevado analfabetismo e a baixa escolaridade dos adultos e idosos brasileiros. Esse déficit educacional pode

² INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Síntese de Indicadores Sociais Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

comprometer a autoestima e, por conseguinte, a qualidade de vida, com repercussão no aprendizado de novas habilidades, causando dificuldades nas adaptações necessárias ao curso da vida e mitigando o exercício da cidadania. Desse modo, no âmbito das políticas públicas integradas, a educação de jovens e adultos deve ser objeto de consideração, pois é determinante para combater a exclusão e a desigualdade social.

Deve ser promovido também um esforço de treinamento e retreinamento de adultos e pessoas idosas que pertencem à população economicamente ativa, com enfoque no aprendizado de novas tecnologias. Pessoas mais idosas podem obter benefícios substanciais à medida que são empreendidas ações de aprendizado e aquisição de novas habilidades. Haja vista o contexto de aposentadorias tardias, é preciso dotar os trabalhadores mais idosos das mesmas oportunidades dos novatos. Infelizmente, as evidências demonstram que os idosos pertencentes ao mercado de trabalho continuam em desvantagem nas questões de treinamento no ambiente laboral³.

No âmbito do ensino superior, a despeito da existência de uma rede significativa de universidades da terceira idade, certamente pode-se fazer mais. O Brasil conta com cerca de 3 mil instituições de ensino superior que poderiam oferecer programas para idosos e, sobretudo, incentivar a presença deles nos seus ambientes, justamente no esforço de se apresentar como um ambiente de aprendizado para toda a vida. Não se trata somente de ofertar uma microuniversidade, como é o caso das voltadas às pessoas idosas, mas integrar todos os seus partícipes no conjunto da instituição.

Outros pontos que merecem destaque são a necessidade de dotar as instituições educacionais de acessibilidade adequada, visando à plena inclusão de idosos no ambiente escolar; encorajar a extensão universitária para que esteja mais presente nas comunidades, estimulando relações intergeracionais em uma interação bidirecional entre comunidade acadêmica e sociedade; destinar esforços para a formação de pessoas que trabalham com

³ RESEARCH REPORT. Active ageing and universities: engaging older learners. Londres : Universities UK, 2010.

idosos, mediante oferta de mais vagas pelo Pronatec nos cursos de formação de cuidadores; e, dentre outras iniciativas reputadas válidas, realizar ação coordenada para abertura de mais vagas de residência médica em geriatria e de cursos superiores em gerontologia.

Em face dos argumentos manifestados, encaminho a presente Indicação sugerindo a adoção das medidas nominadas, bem como demais providências a cargo de Vossa Excelência, para a elaboração de importante política pública. Ressalto que estou à disposição para colaborar com as tratativas para implementar as ações decorrentes desta proposição.

Ante o exposto, Senhor Ministro, ao passo que o saudamos, solicitamos a esse Ministério que nos encaminhe expedientes referentes às ações provenientes desta Indicação.

Sala das Sessões, em de de 2017.

Deputado LUCIO VALE
(Presidente do Cedes)

Deputada CRISTIANE BRASIL
(Relatora)

Deputado CAPITÃO AUGUSTO

Deputado PEDRO UCZAI

Deputado CABO SABINO

Deputada PROF^a DORINHA SEABRA
REZENDE

Deputado CARLOS MELLEES

Deputado REMÍDIO MONAI

Deputado EVAIR DE MELO

Deputado RÔMULO GOUVEIA

Deputado FÉLIX MENDONÇA
JÚNIOR

Deputado RONALDO BENEDET

Deputado JAIME MARTINS

Deputado RUBENS OTONI

Deputado JHC

Deputado VALMIR PRASCIDELLI

Deputado PAULO TEIXEIRA

Deputado VINICIUS GURGEL

Deputado LUIZ LAURO FILHO

Deputado VÍTOR LIPPI